

---

## O editorial que deflagrou a cobertura do caso Vaza Jato: critérios de noticiabilidade acionados pelo site The Intercept Brasil<sup>1</sup>

Cicélia Pincer Batista<sup>2</sup>

Jackson da Silva Barbosa<sup>3</sup>

### Resumo

Este artigo empreende uma análise do editorial que instaurou a cobertura do caso Vaza Jato, iniciada no final do primeiro semestre de 2019, pelo site The Intercept Brasil. Desde o seu nascedouro, a cobertura acirrou os ânimos nas redes sociais, ganhou repercussão internacional e passou a ser considerada uma das mais contundentes e polêmicas da história do jornalismo brasileiro. A intenção é colocar o editorial em diálogo com os aportes teóricos do *Newsmaking*, particularmente com os valores-notícia. O artigo acolhe e segue as sistematizações de Mauro Wolf, para quem os fundamentos do *Newsmaking* são mecanismos capazes de articular a cultura profissional dos jornalistas com os processos de produção por eles vivenciados em uma dada cobertura.

**Palavras-chave:** Caso Vaza Jato; Força Tarefa Lava-Jato; Editorial; Critérios de noticiabilidade.

### Introdução

O texto com o título “Como e por que o Intercept está publicando chats privados sobre a Lava Jato e Sergio Moro” foi disparado pelo site The Intercept Brasil no dia 9 de junho de 2019, exatamente às 17h57. Era o primeiro editorial de uma cobertura jornalística que, a partir daquele momento, ganharia repercussão internacional nutrida pelos conteúdos de mensagens trocadas entre o ex-juiz federal Sergio Moro e o procurador Deltan Dallagnol e outras autoridades judiciárias envolvidas na Força Tarefa Lava-Jato, a maior e, até agora, a mais divulgada operação contra atos de corrupção no Brasil.

A força tarefa Lava-Jato começou em março de 2014, deflagrada pela Polícia Federal com a justificativa de investigar um esquema de corrupção que envolveria dirigentes da Petrobras, integrantes de grandes partidos políticos, bem como importantes nomes do empresariado brasileiro. Desdobrada em dezenas de fases, é uma operação com muitos ápices, quase todos eles marcados pela detenção de figuras renomadas no país.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Gêneros Jornalísticos, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP); integrante dos grupos de pesquisa Epistemologia do Diálogo Social (ECA-USP) e Tecnologias, Processos e Narrativas Midiáticas (ESPM-SP); professora do Curso de Jornalismo da ESPM-SP. E-mail: cicelia.batista@espm.br

<sup>3</sup> Doutor em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP); membro do grupo de pesquisa Epistemologia do Diálogo Social (ECA-USP). E-mail: jacksonbarbosa2907@gmail.com

---

Entre os presos, podem-se destacar Luiz Inácio Lula da Silva (ex-presidente da República), Eduardo Cunha (ex-presidente da Câmara dos Deputados), Sérgio Cabral e Luiz Fernando Pezão (ex-governadores do Rio de Janeiro), os ex-ministros José Dirceu, Antonio Palocci e Guido Mantega, o publicitário João Santana e o mineiro Eike Batista, considerado um dos mais arrojados empreendedores do Brasil.

Ao longo da cobertura, o The Intercept revelou, por exemplo, que o ex-juiz Sergio Moro direcionava ações da Polícia Federal e que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva teria sido denunciado em uma manobra visando desviar o olhar da opinião pública de uma crise envolvendo o então presidente Michel Temer, além de Rodrigo Janot, ex-procurador geral da República. Ao intensificar a cobertura, o site também revelou que os ministros Luís Roberto Barroso, Edson Fachin e Luiz Fux teriam blindado a Força Tarefa Lava Jato no âmbito do STF, o Supremo Tribunal Federal; com a blindagem, argumentou o Intercept, a Constituição acabou sendo atropelada por quem deveria, obrigatoriamente, protegê-la.<sup>4</sup>

O editorial que instaura a cobertura foi classificado, inicialmente, como uma nota dos editores. Todavia, no dia 9 de julho de 2019, às 17h22, após um mês de sucessivas postagens, seu caráter de editorial foi assumido publicamente, por meio de outro editorial, quando a cobertura jornalística, intitulada de caso Vaza Jato, já estava consagrada como uma das mais pertinentes, polêmicas e contestadas da história da imprensa brasileira. As contestações, coincidentemente, partiram de importantes grupos de mídia - os mesmos que promoveram, sem trégua, um verdadeiro bombardeio de notícias que saíam dos porões da Lava Jato, num apoio explícito às ações da Força Tarefa -, tentando desqualificar a autenticidade dos conteúdos e as motivações jornalísticas, éticas e políticas que embasavam a cobertura liderada pelo The Intercept Brasil.

Com o propósito deliberado de garantir a divulgação do material, o site firmou parcerias que incluíram a revista Veja e o jornal Folha de S. Paulo. Veja, a mais importante revista de informação geral em circulação no país, havia tratado Sergio Moro, em várias de suas edições, como um paladino da Justiça, um mito, um herói nacional. Diante da contundência dos conteúdos das mensagens recebidas pelo The Intercept, a revista passou a apresentá-lo como um sujeito capaz de fazer justiça com as próprias mãos, atitude que corrói os princípios do estado democrático de direito.

---

<sup>4</sup> As matérias mencionadas neste trecho, foram publicadas pelo The Intercept Brasil nos dias 6, 14 e 19 de outubro de 2019.

---

Quando a cobertura foi deflagrada, Sergio Moro era ministro da Justiça do governo de Jair Bolsonaro. Deixou o Ministério no final de abril de 2020, em plena pandemia da Covid-19, com a alegação de não concordar com a destituição de Maurício Valeixo, então diretor da Polícia Federal; também alegou discordar de indicações políticas para os cargos do alto comando da corporação; era tido como o ministro mais popular de Bolsonaro. Já Deltan Dallagnol era coordenador da força-tarefa Lava Jato, em Curitiba, função que deixou somente no início de setembro de 2020, com a justificativa de cuidar da saúde da filha.

Neste artigo, a análise privilegia o primeiro editorial do *The Intercept Brasil* referente ao caso. O propósito é colocá-lo em diálogo com as teorizações sobre o *Newsmaking*, em especial com os valores-notícia que orientam o agir dos jornalistas diante dos acontecimentos. As principais referências são as sistematizações processadas e discutidas por Mauro Wolf, para quem as pesquisas firmadas no *Newamaking* articulam “a cultura profissional dos jornalistas” com “a organização do trabalho e dos processos produtivos” por eles vivenciados (WOLF, 1995, p. 169). Busca-se, assim, a compreensão tanto do editorial quanto da noticiabilidade como instâncias de construção do conhecimento elaborado pelo jornalismo, a partir de um caso icônico, capaz de acolher diferentes possibilidades de análises, diversos aportes teóricos e, por conseguinte, inúmeras conclusões.

### **Editorial: um gênero que persiste**

O editorial é um gênero jornalístico de caráter opinativo e usado para externar os pontos de vista de um meio de comunicação a respeito dos mais diversos assuntos, embora as turbulências da seara política sejam as questões mais abordadas. É uma narrativa que “(...) espelha, sem qualquer sombra, pelo menos do ponto de vista formal, a posição da empresa jornalística” e “a sua feitura obedece, frequentemente, a um ritual que reforça a carga simbólica de que está revestido” (REBELO, 2000, p. 122). Para Robert Park (2008), editorial e notícia estão intimamente relacionados, porque um suplementa a outra. Os editoriais, ressalte-se, devem sua origem às cartas enviadas aos redatores, nas quais, “(...) homens interessados em assuntos políticos buscavam expressar sua opinião a respeito de medidas discutíveis, propostas ou tomadas pelo governo” (PARK, 2008, p. 79). O editorial, portanto, está sempre conectado a uma ocorrência motivadora (REBELO, 2000).

---

O manual do jornal Folha de S. Paulo estabelece que o estilo do editorial “deve ser ao mesmo tempo incisivo e elegante, com registro mais formal que o das reportagens, mas sem incidir em linguagem empolada” e que “apresente a questão de forma concisa e equilibrada, desenvolva argumentos defendidos pelo jornal, refute opiniões opostas e chegue a uma conclusão” (FOLHA DE S. PAULO, 2018, p. 137). Para a Folha, seus editoriais devem defender a “democracia, Estado de Direito, liberdade de expressão, direitos humanos, transparência no setor público, livre-iniciativa, economia de mercado com atuação estatal para corrigir desequilíbrios”; também devem defender as “liberdades individuais nas relações privadas, multilateralismo nas relações internacionais, autodeterminação dos povos e solução pacífica de conflitos (FOLHA DE S. PAULO, 2018, p. 92).

O manual da Folha reforça que essas convicções são essenciais “para a formação de juízo sobre situações específicas” e que, “uma vez publicado, o conteúdo vira referência para editoriais futuros” (FOLHA DE S. PAULO, 2018, p. 93). Entretanto, salienta que “nada impede que a Folha mude de posição, mas, nesse caso, deve explicar os motivos com clareza” (FOLHA DE S. PAULO, 2018, p. 93) aos seus leitores. A revista Veja, por exemplo, tornou públicas, por meio de editoriais, as razões que a levaram a firmar parceria com o The Intercept Brasil e passar a publicar, como a Folha de S. Paulo e outros meios de comunicação, os conteúdos das mensagens trocadas pelo ex-juiz Sergio Moro com procuradores da Força Tarefa Lava-Jato.

Na Carta ao Leitor da edição 2642, intitulada “Sobre princípios e valores”, Veja admite que tratou Sergio Moro como herói em diversas reportagens e que o ex-juiz foi fundamental no combate à corrupção para, em seguida, justificar seu posicionamento: “Pela leitura do material, fica evidente (...) que ele se comportava como parte da equipe de investigação, (...) não como um magistrado imparcial” (REVISTA VEJA, Edição 2642, 10 Jul. 2019, p. 10). A revista também justifica seu posicionamento, de forma mais contundente, em outros trechos da Carta: “Jamais seremos condescendentes quando as fronteiras legais forem rompidas (...). Essa é a defesa de todos os brasileiros contra os exageros do Estado” (REVISTA VEJA, Edição 2642, 10 Jul. 2019, p. 10).

Retomando os argumentos de Robert Park, deve-se enfatizar que a principal função do editorial é “interpretar a notícia, dizer-nos o que ela significa”; e que o impacto desse gênero jornalístico reside na interpretação dos acontecimentos “de acordo com algum princípio racional” (PARK, 2008, p. 79). Todavia, Park chama atenção para o fato

de que, dentre todos os leitores de um meio de comunicação, “relativamente poucos leem a página editorial” (PARK, 2008, p. 81). Mesmo assim, é um gênero que persiste e pode ser, hoje, rapidamente propagado em consequência do aprimoramento cada vez mais célere das mídias digitais.

### **Os valores-notícia: critérios de noticiabilidade sistematizados por Wolf**

As sistematizações de Mauro Wolf indicam que os valores-notícia são componentes indissociáveis da noticiabilidade e respondem a uma pergunta crucial: “quais os acontecimentos que são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícias?” (WOLF, 1995, p. 175). São critérios interdependentes, mobilizados “em pacotes”; quando adequadamente “combinados”, fazem brotar o fato noticioso (WOLF, 1995, P. 175). Encontram-se espalhados, indistintamente, em “todo o processo de produção” jornalística, desde a “seleção” até “operações posteriores” (WOLF, 1995, p. 175).

Os valores-notícia não seguem um rigor organizativo. Podem sofrer mudanças de tempos em tempos, entram em consonância com as características de cada capítulo da história e “derivam de pressupostos implícitos” e/ou “de considerações relativas” (WOLF, 1995, p. 179). Têm a ver com as “características substantivas das notícias” - que dizem respeito aos seus conteúdos -, com a “disponibilidade do material” e com “critérios relativos ao produto informativo”; têm a ver com a audiência, com o público e, claro, com a “concorrência” (WOLF, 1995, p. 179). Ao analisar a relação entre notícia e fato, Motta lança mão das mesmas sistematizações de Wolf e destaca: “Diz-se que para ser notícia, um fato deve ter atualidade, proximidade, proeminência (da pessoa envolvida), impacto e significância. Portanto, qualidades do próprio acontecimento” (MOTTA, 2002, p. 308). Enfatiza, ainda, “(...) que todos estes critérios se referem, em menor ou maior grau, a atributos do fato em si” (MOTTA, 2002, p. 309).

Quando articulam os critérios de noticiabilidade para selecionar notícias, os jornalistas também acionam saberes que são próprios da sua categoria profissional: os saberes de reconhecimento, de procedimento e de narração. Os primeiros permitem que os profissionais consigam “situar jornalisticamente um evento” (PONTE, 2004, p. 71). Já os saberes de procedimento são indispensáveis para que estabeleçam como um tema será desenvolvido, definam fontes e métodos de apuração, bem como o gerenciamento do tempo e do ritmo de trabalho. Por fim, entram em cena os saberes de narração e, com eles, a capacidade de apresentarem os fatos respeitando os estatutos do campo jornalístico - é

uma competência fundamental, sobretudo se precisarem justificar suas ações, caso sejam questionados (PONTE, 2004). Pode-se dizer, então, que os valores-notícia “são regras práticas que guiam os procedimentos profissionais nas redações, fácil e rapidamente aplicáveis, orientados para a eficiência produtiva” (MOTTA, 2002, p. 308). Nas sistematizações de Wolf, os valores-notícia são agrupados em cinco pontos principais: critérios substantivos, critérios ligados ao produto, critérios ligados ao meio, critérios ligados ao público e critérios que dizem respeito à concorrência.

Os *critérios substantivos* têm como referência os seguintes aspectos: “o grau e o nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável” - estabelecendo relação íntima com autoridades e pessoas que integram as elites econômicas, políticas e intelectuais; o impacto “sobre a nação e sobre o interesse nacional”, ou seja, o acontecimento precisa ser avaliado como relevante pelo e para o público; a “quantidade de pessoas” impactadas pela ocorrência noticiosa - quanto maior o número de sujeitos afetados, maior será a força atribuída a uma notícia; e a “relevância do acontecimento quanto à evolução futura de uma determinada situação”, em especial nos casos de ocorrências de duração prolongada (WOLF, 1995, p. 180-183).

Já os *critérios relativos ao produto* observam as condições de acesso do jornalista ao acontecimento, perscrutando se pode ser coberto com certa facilidade ou se a cobertura, para ser realizada, exigirá um esforço incomum. Tais critérios são, portanto, aplicados a cada cobertura específica, a cada notícia que é produzida, afinal, todas exigem uma avaliação prévia. Nestes critérios “(...) engloba-se também aquele que se refere à notícia como resultado de uma ideologia da informação, baseada, por sua vez, na história dos sistemas informativos e do jornalismo e que orienta a própria noção de acontecimento-notícia como referência aos acontecimentos que constituem e representam uma infração, um desvio, uma ruptura do uso normal das coisas” (WOLF, 1995, p. 185). Assim, ligados ao produto, aparecem os critérios que consideram a atualidade, a frequência e a importância da história, sem desconsiderar sua qualidade e o equilíbrio que irá propiciar no conjunto dos acontecimentos que viram notícias.

Os *critérios referentes ao meio de comunicação* carregam uma pesada carga de complexidade, daí exigirem que a cobertura disponha de um bom material visual. Em seguida, temos o critério da frequência, que é fundamental para que o acontecimento ganhe forma e conquiste significado representativo. Wolf esclarece que quanto maior a aproximação entre a frequência do acontecimento e a frequência do veículo tanto maior

será a sua possibilidade de publicação como notícia. Por fim, temos o formato, valor que indica que as notícias adquirem idoneidade “quando são estruturadas narrativamente” e que “cada notícia deve ter uma introdução, uma parte central, de desenvolvimento, e uma conclusão” (WOLF, 1995, p. 190).

A imagem que os jornalistas constroem do público que acompanha as notícias de um determinado meio de comunicação constitui a base dos *critérios de noticiabilidade ligados ao público*. São, por conseguinte, critérios de difícil definição, completamente impregnados de tensões. Há indicativos de que os jornalistas conhecem muito pouco a respeito do público, embora existam pesquisas sobre os hábitos, preferências e outras características da audiência. Também há pesquisas que evidenciam que as notícias não apenas devem ter estrutura narrativa e linguagem claras, como também se orientar pela proteção, ou seja, “a não noticiabilidade de factos ou pormenores de acontecimentos cuja cobertura (...) provocaria traumas ou ansiedade no público”, ferindo “a sua sensibilidade ou os seus gostos” (WOLF, 1995, p. 192).

Finalmente, *os critérios de noticiabilidade ligados à concorrência* consideram que os meios de comunicação são empresas e, portanto, competem pela audiência, estabelecendo, muitas vezes, acirradas e assumidas manifestações de rivalidade. Esta competição também entra no jogo dos valores-notícia, podendo acentuar “(...) os impulsos para a fragmentação, para centrar a cobertura informativa nas personalidades de elite e para todos os outros fatores corresponsáveis pela distorção informativa que pretere uma visão articulada e global da realidade social” (WOLF, 1995, p. 192).

Uma segunda tendência consiste no fato de que a competição pode levar a uma homogeneização do noticiário, fazendo com que um meio de comunicação selecione um acontecimento pelo simples fato de seus concorrentes também selecionarem. A competição ainda é capaz de criar expectativas recíprocas, que “(...) desencorajam as inovações na seleção das notícias” (WOLF, 1995, p. 192). Assim, a competição, ao invés de propiciar uma pluralidade noticiosa, acaba por contribuir “para a semelhança das coberturas informativas”.

### **O primeiro editorial da cobertura Vaza Jato: uma possibilidade de análise**

O editorial do The Intercept Brasil está estruturado em 18 parágrafos. É um texto longo para o gênero na atualidade, algo pouco frequente no jornalismo brasileiro, que tem priorizado a publicação de narrativas mais breves, mais concisas. Todavia, parece cumprir adequadamente os propósitos de um editorial, manifestando com clareza as opiniões do

*site* a respeito de um escândalo cuja cobertura estava no seu limiar. O texto é assinado pelos jornalistas Glenn Greenwald, Betsy Reed e Leandro Demori. Greenwald é cofundador do The Intercept, nos Estados Unidos, e do The Intercept Brasil; ganhou o prêmio Pulitzer de Jornalismo em 2014, por ter participado da cobertura que revelou ao mundo os programas globais de espionagem levados a cabo pela NSA, a Agência de Segurança dos Estados Unidos da América.

É oportuno ressaltar que, em postagem de 12 de junho de 2019, às 21h48, o site fez referências ao material publicado três dias antes, quando a cobertura começara. Afirma que as matérias “provocaram um terremoto político”; que o comportamento antiético de Sergio Moro e do coordenador Dallagnol, “botam em questão o trabalho e a credibilidade de ambos”. Na mesma narrativa, o site alega adotar o princípio da transparência, indicando os links que remetem o leitor às fontes primárias e aos dados que embasam as investigações e a cobertura sobre o caso. Segundo os argumentos do Intercept, “são princípios editoriais fundamentais”, assumidos com o propósito de estabelecer confiança entre o site e seus leitores. A narrativa aqui destacada tem um caráter imperativo ao dirigir-se ao público: “você não precisa confiar na nossa palavra: avalie os fatos por si mesmo”. (THE INTERCEPT BRASIL, 2019, *on-line*)

#### *O editorial do The Intercept e os critérios substantivos*

Os valores-notícia ligados aos critérios substantivos, foram acionados em diferentes pontos do editorial. O grau e o nível hierárquico dos sujeitos envolvidos ficam evidentes no 7º parágrafo da narrativa:

Moro e os procuradores da Lava Jato são figuras altamente controversas aqui e no mundo – tidos por muitos como heróis anticorrupção e acusados por tantos outros de ser ideólogos clandestinos de direita, disfarçados como homens da lei apolíticos. Seus críticos têm insistido que eles exploraram e abusaram de seus poderes na justiça com o objetivo político de evitar que Lula retornasse à Presidência e destruir o PT. Moro e os procuradores têm negado, com a mesma veemência, qualquer aliança ou propósito político, dizendo que estão apenas tentando livrar o Brasil da corrupção. (DEMORI, GREENWALD, REED, 2019, *online*)

A proeminência do ex-juiz e demais integrantes da Força Tarefa, volta a ser enfatizada no 18º parágrafo:

Tendo em vista o imenso poder dos envolvidos e o grau de sigilo com que eles operam – até agora -, a transparência é crucial para que o Brasil tenha um entendimento claro do que eles realmente fizeram. A liberdade de imprensa existe para jogar luz sobre aquilo que as figuras

---

mais poderosas de nossa sociedade fazem às sombras. (DEMORI, GREENWALD, REED, 2019, *online*)

Outros valores relacionados aos critérios substantivos aparecem no 5º parágrafo, especialmente quando se considera o impacto do fato sobre a nação e os interesses do país:

A importância dessas revelações se explica pelas consequências incomparáveis das ações da Lava Jato em todos esses anos de investigação. Esse escândalo generalizado envolve diversos oligarcas, lideranças políticas, os últimos presidentes e até mesmo líderes internacionais acusados de corrupção. (DEMORI, GREENWALD, REED, 2019, *online*)

Já a relevância da notícia em conexão com os desdobramentos futuros da cobertura, que também fazem parte dos critérios substantivos, estão explicitadas, inicialmente, no 4º parágrafo do texto, no qual os três jornalistas assumem, sem rodeios, o propósito de agendar o assunto no seio da opinião pública:

Esse é apenas o começo do que pretendemos tornar uma investigação jornalística contínua das ações de Moro, do procurador Deltan Dallagnol e da força-tarefa da Lava Jato – além da conduta de inúmeros indivíduos que ainda detêm um enorme poder político e econômico dentro e fora do Brasil. (DEMORI, GREENWALD, REED, 2019, *online*)

A importância da notícia ainda é destacada no 16º parágrafo do editorial em análise, com ênfase para a necessidade de proteção do acervo:

Nós tomamos medidas para garantir a segurança deste acervo fora do Brasil para que vários jornalistas possam acessá-lo, assegurando que nenhuma autoridade de qualquer país tenha a capacidade de impedir a publicação dessas informações. (DEMORI, GREENWALD, REED, 2019, *online*)

Como vimos nas sistematizações de Wolf, podem ocorrer fortes e evidentes conexões entre os valores-notícia e a hipótese do *agenda-setting* que, segundo ele, não são antagônicas, mas complementares (WOLF, 1995).

### *O editorial do The Intercept e os critérios ligados ao produto*

No que tange aos critérios de noticiabilidade ligados ao produto, à notícia propriamente dita, o The Intercept Brasil explica a forma de acesso dos seus jornalistas ao acontecimento no 2º parágrafo do editorial. Nele, são citados os materiais recebidos pelo site, além da característica - anônima - da fonte que os enviou:

---

Produzidas a partir de arquivos enormes e inéditos – incluindo mensagens privadas, gravações em áudio, vídeo, fotos, documentos judiciais e outros itens – enviados por uma fonte anônima, as três reportagens revelam comportamentos antiéticos e transgressões que o Brasil e o mundo têm o direito de saber. (DEMORI, GREENWALD, REED, 2019, *online*)

Ressalte-se que, nas sistematizações que embasam o presente artigo, Mauro Wolf destaca como fatores relevantes no processo de produção noticiosa exatamente “as relações de reciprocidade existentes entre certos tipos de fontes e os jornalistas especializados” (WOLF, 1995, p. 225) na cobertura de determinados assuntos.

Os valores envolvendo as notícias também são ostensivamente identificados no 6º parágrafo do texto: Nesses trechos da narrativa, as infrações e desvios cometidos no âmbito da operação Lava-Jato são realçados, indicando, assim, uma ruptura deliberada e intencional com os padrões de comportamento que orientam o agir dos operadores da Justiça em um contexto de Democracia. As consequências desta ruptura também ficam evidentes no 6º parágrafo do editorial.

O mais relevante: a Lava Jato foi a saga investigativa que levou à prisão o ex-presidente Lula no último ano. Uma vez sentenciado por Sergio Moro, sua condenação foi rapidamente confirmada em segunda instância, o tornando inelegível no momento em que todas as pesquisas mostravam que Lula – que terminou o segundo mandato, em 2010, com 87% de aprovação – liderava a corrida eleitoral de 2018. Sua exclusão da eleição, baseada na decisão de Moro, foi uma peça-chave para abrir caminho para a vitória de Bolsonaro. A importância dessa reportagem aumentou ainda mais depois da nomeação de Moro ao Ministério da Justiça. (DEMORI, GREENWALD, REED, 2019, *online*)

As infrações e desvios mencionados acima, são realçados no 8º parágrafo da narrativa. Novamente, o texto salienta a ruptura deliberada e intencional com os atos protocolares da Justiça:

Mas, até agora, os procuradores da Lava Jato e Moro têm realizado parte de seu trabalho em segredo, impedindo o público de avaliar a validade das acusações contra eles. É isso que torna este acervo tão valioso do ponto de vista jornalístico: pela primeira vez, o público vai tomar conhecimento do que esses juízes e procuradores estavam dizendo e fazendo enquanto pensavam que ninguém estava ouvindo. (DEMORI, GREENWALD, REED, 2019, *online*)

As consequências da ruptura até aqui observada, orquestradas por procuradores e pelo ex-juiz, são ostensivamente enfatizadas no 9º parágrafo do editorial:

As reportagens de hoje mostram, entre outros elementos, que os procuradores da Lava Jato falavam abertamente sobre seu desejo de impedir a vitória eleitoral do PT e tomaram atitudes para atingir esse objetivo; e que o juiz Sergio Moro

---

colaborou de forma secreta e antiética com os procuradores da operação para ajudar a montar a acusação contra Lula. Tudo isso apesar das sérias dúvidas internas sobre as provas que fundamentaram essas acusações e enquanto o juiz continuava a fingir ser o árbitro neutro neste jogo. (DEMORI, GREENWALD, REED, 2019, *online*)

### *O editorial e os Critérios ligados ao próprio The Intercept Brasil*

Os valores-notícia ligados aos critérios relativos ao meio de comunicação, foram ostensivamente acionados no 1º, 3º e 10º parágrafos do editorial. No 1º, o site explicita o número de notícias do primeiro dia de cobertura do caso:

O Intercept Brasil publicou hoje três reportagens explosivas mostrando discussões internas e atitudes altamente controversas, politizadas e legalmente duvidosas da força-tarefa da Lava Jato, coordenada pelo procurador renomado Deltan Dallagnol, em colaboração com o atual ministro da Justiça, Sergio Moro, celebrado a nível mundial. (DEMORI, GREENWALD, REED, 2019, *online*)

Em seguida, no 3º parágrafo, o The Intercept destaca como as notícias foram estruturadas narrativamente e os meios em que foram publicadas: “O material publicado hoje no Brasil também foi resumido em duas reportagens em inglês publicadas no Intercept, bem como essa nota dos editores do The Intercept e do The Intercept Brasil”. (DEMORI, GREENWALD, REED, 2019, *online*)

A forma como o site acessou as informações é assumida no 10º parágrafo do texto, onde também parece evidente que a fonte de informação estava decidida a repassar os dados para as mãos de profissionais que dominam os saberes de reconhecimento, procedimento e narração:

O único papel do The Intercept Brasil na obtenção desse material foi seu recebimento por meio de nossa fonte, que nos contactou há diversas semanas (bem antes da notícia da invasão do celular do ministro Moro, divulgada nesta semana, na qual o ministro afirmou que não houve “captação de conteúdo”) e nos informou de que já havia obtido todas as informações e estava ansiosa para repassá-las a jornalistas. (DEMORI, GREENWALD, REED, 2019, *online*)

Sabe-se que as fontes são fundamentais, indispensáveis à qualidade da informação que o jornalismo produz e dissemina. Em relação à fonte anônima que acionou a equipe do The Intercept Brasil, cabe muito bem a inversão salientada por Wolf: “enquanto outrora eram os jornalistas que iam à procura das notícias, atualmente são as notícias que “procuram” os jornalistas” (1995, p. 196).

---

### *O The Intercept e os critérios concernentes ao público*

Os critérios de noticiabilidade concernentes ao público começam a ser explicitados no 11º parágrafo editorial, onde os autores do texto afirmam:

Informar à sociedade questões de interesse público e expor transgressões foram os princípios que nos guiaram durante essa investigação, e continuarão sendo conforme continuarmos a noticiar a enorme quantidade de dados a que tivemos acesso. (DEMORI, GREENWALD, REED, 2019, *online*)

No 12º parágrafo, o editorial enfatiza que os jornalistas do site foram obrigados a tomar decisões sobre as informações que poderiam e deveriam ser publicadas, além daquelas que precisariam ser mantidas em sigilo absoluto por serem conversas de cunho privado:

O enorme volume do acervo, assim como o fato de que vários documentos incluem conversas privadas entre agentes públicos, nos obriga a tomar decisões jornalísticas sobre que informações deveriam ser noticiadas e publicadas e quais deveriam permanecer em sigilo. (DEMORI, GREENWALD, REED, 2019, *online*)

Na sequência, no 13º parágrafo, os autores do editorial explicam ao público o método adotado no processo de análise do acervo recebido, ratificando a decisão de divulgar os atos que configuraram transgressões e a manutenção em sigilo das conversas de cunho privado:

Ao fazer esses julgamentos, empregamos o padrão usado por jornalistas em democracias ao redor do mundo: as informações que revelam transgressões ou engodos por parte dos poderosos devem ser noticiadas, mas as que são puramente privadas e infringiriam o direito legítimo à privacidade ou outros valores sociais devem ser preservadas. (DEMORI, GREENWALD, REED, 2019, *online*)

Em outro parágrafo, no 17º, o texto reforça os padrões jornalísticos utilizados pelo The Intercept Brasil – e como agiram os jornalistas que compõem a equipe em relação aos envolvidos, para evitar que eles pudessem, de alguma maneira, tentar impedir a publicação das reportagens:

Ao contrário do que tem como regra, o Intercept não solicitou comentários de procuradores e outros envolvidos nas reportagens para evitar que eles atuassem para impedir sua publicação e porque os documentos falam por si. Entramos em contato com as partes mencionadas imediatamente após publicarmos as matérias, que atualizaremos com os comentários assim que forem recebidos. (DEMORI, GREENWALD, REED, 2019, *online*)

### *O editorial do The Intercept e os critérios ligados à concorrência*

Quanto à concorrência, o editorial relembra, no 14º parágrafo, que o juiz Sergio Moro agiu para tornar públicos, por meio da imprensa, conteúdos de conversas privadas da então presidenta Dilma Rousseff com seu antecessor no cargo, Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo o editorial, essas divulgações teriam sido cruciais no processo de impeachment de Rousseff, ocorrido em 2016, menos de dois anos após ser reeleita para continuar presidindo a República. Velada ou não, é uma crítica ácida ao comportamento de veículos concorrentes, que acataram com bastante “generosidade” a divulgação de conteúdos oferecidos pelo ex-juiz e outras autoridades da Força Tarefa Lava-Jato.

A bem da verdade, ao produzir reportagens a partir desses arquivos, somos guiados pela mesma argumentação que levou boa parte da sociedade brasileira – aí incluídos alguns jornalistas, comentaristas políticos e ativistas – a aplaudir a publicidade determinada pelo então juiz Moro das conversas telefônicas privadas entre a presidente Dilma Rousseff e seu antecessor Luiz Inácio Lula da Silva (em que discutiam a possibilidade do ex-presidente se tornar ministro da Casa Civil), logo reproduzidas por inúmeros veículos de mídia. A divulgação dessas ligações privadas foi crucial para virar a opinião do público contra o PT, ajudando a preparar o terreno para o impeachment de Dilma em 2016 e a prisão de Lula em 2018. O princípio invocado para justificar essa divulgação foi o mesmo a que estamos aderindo em nossas reportagens sobre esse acervo: o de que uma democracia é mais saudável quando ações de relevância levadas a cabo em segredo por figuras políticas poderosas são reveladas ao público. (DEMORI, GREENWALD, REED, 2019, *online*)

No 15º parágrafo, o editorial ainda acusa a concorrência de ter divulgado diálogos entre Lula e Rousseff sem qualquer importância para a sociedade e, conseqüentemente, desprovidos de relevância jornalística. Neste ponto da narrativa, o site parece “ensinar” como os jornalistas e a imprensa devem agir em casos dessa natureza:

Mas a divulgação feita por Moro e diversos veículos da imprensa dos diálogos privados entre Lula e Dilma incluíam não apenas revelações de interesse público, mas também comunicações privadas de Lula sem qualquer relevância para a sociedade – o que levou muitas pessoas a argumentarem que a divulgação tinha o propósito de constranger pessoalmente o ex-presidente. Ao contrário deles, o Intercept decidiu manter reservada qualquer comunicação ou informação relacionada a Moro, Dallagnol e outros indivíduos que seja de natureza puramente privada e, portanto, desprovida de real interesse público. (DEMORI, GREENWALD, REED, 2019, *online*)

### **Considerações finais**

A análise empreendida neste artigo, não é e jamais poderia ser definitiva. É tão somente uma possibilidade, entre tantas outras. Os parágrafos do editorial que instaurou a cobertura do caso Vaza Jato, indicados como concernentes a uma determinada categoria

de critérios de noticiabilidade, também acolhem aspectos de outras categorias, em função da complexidade e do caráter imbricado dos valores-notícia. Todavia, buscou-se identificar e compreender na narrativa, o que é mais condizente à sistematização de cada um dos critérios. Sem esse esforço, a análise aqui empreendida seria inviabilizada.

Ao longo do editorial, percebe-se que o The Intercept Brasil aciona, sem exceção, todos os valores-notícia sistematizados e discutidos por Wolf. No texto, Glenn Greenwald, Betsy Reed e Leandro Demori tecem argumentos, refutam opiniões contrárias, explicam as primeiras notícias ligadas à cobertura. Começam salientando o caráter explosivo dessas publicações e as atitudes inadequadas do ex-juiz Sergio Moro e do procurador Deltan Dallagnol; concluem fazendo referências ao poder dos envolvidos e dizem que a liberdade de imprensa só tem sentido se as notícias jogarem luz sobre as sombras da realidade.

Mesmo que não goze de leitura expressiva, como impelimos com Robert Park, o editorial pode e deve continuar sendo analisado pelos pesquisadores. Como a notícia, o editorial mobiliza, articula e reconfigura os valores que integram os critérios de noticiabilidade, expõe as rotinas produtivas e remete aos saberes dos jornalistas enquanto comunidade profissional. Ao longo do primeiro mês de cobertura do caso Vaza Jato, o The Intercept Brasil firmou parcerias com meios de comunicação que adotam linhas editoriais bem diferentes da sua. Para um olhar desatento, tais parcerias podem ser vistas como incongruentes. Neste caso específico, representam o reconhecimento público da força noticiosa dos conteúdos recebidos por uma das partes; a parceria, sem invalidar a concorrência, qualifica a competência de um determinado meio. Como diz Wolf, “não se deve (...) esquecer o facto de que uma fonte importante para os jornalistas é o consumo que eles próprios fazem dos outros meios de comunicação”. É um procedimento rotineiro, fornecendo “um mecanismo de reforço mediante o qual elementos existentes na agenda de um meio de comunicação são, provavelmente, assumidos também pelos outros”. Agindo desta maneira, os jornalistas e os meios de comunicação conservam “a tendência para a homogeneidade” no mercado de notícias (WOLF, 1995, p. 205).

Pode-se, então, inferir que a parceria entre concorrentes é capaz de fazer com que uma cobertura ganhe densidade, é capaz de impulsionar o agendamento de um acontecimento, como objetivou, em seu editorial, o site The Intercept Brasil. Operando sozinho, talvez o agendamento não se concretizasse. Já em parceria com veículos como o jornal Folha de S. Paulo e a revista Veja, o propósito de agendamento ganhou força, o

site deixou de ser uma voz isolada. Vista desta maneira, a parceria ratifica a configuração da concorrência como valor-notícia.

Finalmente, pode-se afirmar, ainda, que o editorial analisado e sua ocorrência motivadora impactaram o jogo narrativo que predominava em torno da Lava Jato. As autoridades que estavam no comando da Força tarefa e que eram tratadas como mitos, foram, aos poucos, sendo transformadas em sujeitos desviantes. A trincheira de apoio à Força Tarefa por parte da mídia é algo que parece permanecer. No entanto, é obrigada a caminhar lado a lado com a ocorrência motivadora que revelou ter sido a Lava Jato contaminada por manobras fraudulentas, contrárias aos ritos da Justiça e do estado democrático de direito.

### Referências

- DEMORI, Leandro, GREENWALD, Glenn, REED, Betsy. Como e por que o Intercept está publicando chats privados sobre a Lava Jato e Sergio Moro. **The Intercept Brasil**. Rio de Janeiro: 9 Jun. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/brasil/>. Acesso em: 10 Ago. 2019.
- FOLHA DE S. PAULO. **Manual da Redação**. São Paulo: Publifolha, 2018.
- GANDOUR, Ricardo. Casos que ensinam. In BUCCI, Eugênio (Org). **Uma escola de jornalismo para o futuro: um legado de Roberto Civita para melhorar a imprensa no Brasil**. São Paulo: ESPM, 2015.
- MCCOMBS, Maxwell E., SHAW, Donald L. A função do agendamento dos media. In: TRAQUINA, Nelson (Org). **O poder do jornalismo: Análise e textos da Teoria do Agendamento**. Coimbra: Minerva, 2000.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. Teoria da notícia: as relações entre o real e o simbólico. In: MOUILLAND, Maurice, PORTO, Sérgio Dayrell (Orgs). **O Jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- PARK, Robert E. Notícia e poder da imprensa. In: BERGER, Christa, MAROCCO, Beatriz (Orgs). **A era glacial do jornalismo: Teorias sociais da imprensa**. v.2. Porto Alegre: Sulina, 2008.
- PONTE, Cristina. **Leituras das notícias: contributos para uma análise do discurso jornalístico**. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.
- REBELO, José. **O discurso do jornal: o como e o porquê**. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.
- REVISTA VEJA. **Sobre princípios e valores**. [Carta ao Leitor]. Veja, São Paulo, n. 2642, p. 10, 10 Jul. 2019.
- THE INTERCEPT BRASIL. Leia os diálogos de Sergio Moro e Deltan Dallagnol que embasaram a reportagem do Intercept. **The Intercept Brasil**. Rio de Janeiro: 12 Jun. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/brasil/>. Acesso em: 10 Ago. 2019.
- WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1995.